

SUMÁRIO

Evolução histórica dos Juizados Especiais no Brasil: das ideias inspiradoras à prática

1. Da ideia à estrutura: a inspiração dos Juizados Especiais brasileiros	29
2. Implementação do Juizado de Pequenas Causas no Brasil	39
3. Dissenso quanto ao anteprojeto dos Juizados: entre o texto e o contexto	46
4. A recepção do anteprojeto dos Juizados de Pequenas Causas pela classe política: como ocorreu o processo legislativo?	55
5. A redação do texto final do projeto de lei: em que medida os Juizados de Pequenas Causas foram de fato influenciados pelo modelo nova-iorquino?	57
6. Da teoria à prática: os Juizados em funcionamento	59

LEI N.º 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Art. 1º	63
----------------------	----

COMENTÁRIOS	63
--------------------------	----

1. Regulamentação em razão de determinação constitucional	63
2. São sinônimos os Juizados Especiais e os Juizados de Pequenas Causas?	64
3. Criação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal.	65
4. Norma de natureza processual.	65

ASPECTOS PRÁTICOS	66
--------------------------------	----

▸ Modelo de inicial em ação de cobrança	66
▸ Modelo de inicial em ação de danos materiais em decorrência de acidente de trânsito	67
▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão do cumprimento da obrigação em sede de execução	69
▸ Modelo de sentença condenatória em ação de cobrança aplicando-se os efeitos da revelia em desfavor do requerido	70

Art. 2º	72
----------------------	----

COMENTÁRIOS	72
--------------------------	----

1. Ordenamento jurídico brasileiro: um sistema aberto de regras e princípios. ..	72
2. Regras e princípios.	73

3. Regras e princípios nos Juizados Especiais.....	74
4. Oralidade.....	75
5. Simplicidade.....	79
6. Informalidade.....	80
7. Economia Processual.....	84
8. Celeridade.....	85
9. Solução consensual dos litígios.....	87
ASPECTOS PRÁTICOS	90
▸ Modelo de petição de acordo em ação de cobrança.....	90
▸ Modelo de sentença homologatória.....	92
Art. 3º	92
COMENTÁRIOS	93
1. Pequeno valor e menor complexidade.....	93
2. Incompetência para as causas de menor complexidade e a utilização do mandado de segurança.....	97
3. Ampliação da competência cível.....	97
4. Competência em razão da matéria do art. 275, II, CPC/73.....	100
5. O Código de Processo Civil de 2015 e as ações previstas no art. 275, II, CPC/73.....	101
6. Ação de despejo para uso próprio.....	101
7. Sanção penal para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal.....	110
8. Aplicabilidade de multa para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal.....	110
9. Atenção – Retomada para uso próprio e valor da causa.....	110
10. Demandas regidas por procedimentos especiais.....	111
11. Valor da causa nas demandas possessórias.....	113
12. Causas excluídas da competência dos Juizados Especiais.....	113
13. Renúncia ao crédito excedente.....	113
14. Atenção – Conflito de competência entre Juízo de Direito Comum e Juizado Especial.....	113
15. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança.....	114
16. Facultatividade de ajuizamento da ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum.....	114
ASPECTOS PRÁTICOS	115
▸ Modelo de inicial em ação declaratória/indenizatória em razão da inscrição indevida dos dados do requerente em órgãos de proteção ao crédito, com pedido de tutela provisória, em que a parte limita o pedido indenizatório ao teto estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei 9.099/95.....	115
▸ Modelos de inicial em que se pleiteia despejo para uso próprio.....	119
▸ Modelo de sentença de extinção em caso de inobservância do teto de 40 (quarenta) salários mínimos.....	120
▸ Modelo de sentença em ação de despejo para uso próprio cumulada com cobrança de valores.....	123

Art. 4º	127
COMENTÁRIOS	127
1. Regras gerais.	127
2. Foro competente para as ações de reparação de dano de qualquer natureza. ...	128
3. <i>Auctor sequitur forum rei</i>	128
4. <i>Forum contractus</i>	129
5. <i>Auctor sequitur forum rei como superregra</i>	129
ASPECTOS PRÁTICOS	129
▸ Modelo de inicial de ação indenizatória em razão da devolução indevida de cheque: embora o banco requerido tenha sua sede em comarca distinta daquela em que a parte requerente reside, admite-se, como competente, o foro do domicílio deste último, em virtude do que dispõe o III, conjuntamente ao inciso I do art. 101 do Código de Defesa do Consumidor.	130
Art. 5º	133
COMENTÁRIOS	133
1. Atuação do Juiz na direção do processo.	133
2. Poderes instrutórios.	133
ASPECTOS PRÁTICOS	133
▸ Modelo de despacho designando audiência de instrução e julgamento para a produção de prova oral	134
▸ Modelo de sentença prolatada, em ação de obrigação de fazer para transferência de propriedade de veículo, em que o magistrado optou pelo julgamento antecipado do mérito, sem a produção de provas	134
Art. 6º	137
COMENTÁRIOS	137
1. Complementação da atuação do Juiz na direção do processo	137
ASPECTOS PRÁTICOS	137
▸ Modelo de decisão de deferimento de pedido de tutela de urgência, sem a oitiva da parte contrária	138
▸ Modelo de decisão, em sede de cumprimento de sentença, em que o magistrado, com base em nova documentação apresentada pela parte executada, acolheu pedido de impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança	139
Art. 7º	140
COMENTÁRIOS	140
1. Papel e atuação dos conciliadores.	140
2. Incompatibilidade entre ser “auxiliar da justiça” e advogado nos Juizados Especiais da comarca onde atue.	141
ASPECTOS PRÁTICOS	141
▸ Modelo de termo de audiência com acordo para pagamento de valor parcelado	141

▸ Modelo de termo de audiência com acordo para a transferência de propriedade de veículo	142
▸ Modelo de termo de audiência, com acordo, em ação de rescisão c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais em razão de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes	143

Art. 8º 144

COMENTÁRIOS 145

1. Incapazes	145
2. Presos	145
3. Pessoas jurídicas de direito público e autarquias	145
4. Atenção – Empresas públicas da União	145
5. Massa falida	145
6. Insolvente civil	146
7. Legitimidade ativa e capacidade para estar em juízo	146
8. Legitimidade para figurar no polo ativo ou no polo passivo das demandas cognitivas	147
9. Cessionário de direito de pessoa jurídica	147
10. Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte	147
11. Pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP)	147
12. Inaplicabilidade do § 2º	148

ASPECTOS PRÁTICOS 148

▸ Modelo de despacho intimando a parte para que seja adequado o procedimento, em razão de ter indicado menor impúbere para figurar no polo passivo	148
▸ Modelo de preliminar arguida em sede de contestação, e pugnando pela extinção do feito, sem enfrentamento de mérito, em razão de a parte requerente ser cessionário de pessoa jurídica	149

Art. 9º 150

COMENTÁRIOS 150

1. Possibilidade de demandar sem a assistência de advogado	150
2. Nomeação de advogado	150
3. Mandato escrito	151
4. Preposto das pessoas jurídicas	151

ASPECTOS PRÁTICOS 151

▸ Modelo de termo inicial para indenização por danos materiais em razão de acidente de trânsito e com designação de audiência de conciliação	152
▸ Modelo de termo inicial de ação de cobrança em que, no polo ativo, figura pessoa jurídica, representada por seu sócio-proprietário, com designação de audiência de conciliação	153

Art. 10. 154

COMENTÁRIOS 154

1. Vedação de intervenção de terceiro	154
2. O CPC/2015 e a desconsideração da personalidade jurídica	155

3. O CPC/2015 e a assistência.	155
4. Aplicação subsidiária do CPC.	155
ASPECTOS PRÁTICOS	155
▸ Modelo de pedido de desconsideração da personalidade jurídica	156
▸ Modelo de decisão acolhendo pedido de desconsideração da personalidade jurídica	159
▸ Modelo de termo inicial em ação ordinária decorrente de defeito de produto ..	162
Art. 11.	163
COMENTÁRIOS	163
1. Participação do representante do Ministério Público.	163
2. Atribuição constitucional do Ministério Público.	163
3. O Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica.	164
ASPECTOS PRÁTICOS	165
▸ Modelo de despacho determinando a intimação do Ministério Público para intervir nos autos	166
Art. 12.	166
COMENTÁRIOS	167
1. Atos processuais serão, em regra, públicos.	167
2. Realização em horário noturno.	167
3. Suspensão dos prazos processuais.	167
4. Forma.	167
5. Tempo.	168
6. Lugar.	169
ASPECTOS PRÁTICOS	170
▸ Modelo de petição pleiteando que o feito tramite em segredo de justiça	170
▸ Modelo de petição para habilitação em processo que tramite em segredo de Justiça	171
Art. 12-A.	172
COMENTÁRIOS	172
1. Alteração legislativa.	172
2. Contagem dos prazos em dias úteis.	172
3. Contagem dos prazos em dias úteis para a interposição de recursos.	173
4. Manutenção do prazo horário previsto no § 1º do art. 42.	173
ASPECTOS PRÁTICOS	173
▸ Modelo de despacho determinando a apresentação de documento e fixando prazo em dias úteis	174
Art. 13.	174
COMENTÁRIOS	175
1. Validade e finalidade dos atos processuais.	175

2. Cartas precatórias.	175
3. Registros dos atos essenciais.	175
ASPECTOS PRÁTICOS	175
▸ Modelo de despacho determinando a intimação das partes por meio alternativo (telefone, e-mail etc.), em decorrência da designação de audiência de conciliação	176
▸ Modelo de despacho determinando a expedição de ofício a juízo diverso, e sua remessa por meio alternativo (e-mail), a fim de que preste informações	176
Art. 14.	177
COMENTÁRIOS	177
1. Procedimento comum e nos Juizados Especiais.	177
2. Petição inicial e emenda.	178
3. Pedido genérico.	178
4. Atermação.	179
5. Formação do processo.	180
6. Pedido escrito ou oral.	180
7. Forma simples e linguagem acessível.	180
8. Elementos do pedido.	181
ASPECTOS PRÁTICOS	184
▸ Modelo de termo inicial para formulação de pedido de transferência de propriedade de veículo automotor	184
▸ Modelo de termo inicial para ação de cobrança	186
Art. 15.	187
COMENTÁRIOS	187
1. Cumulação de pedidos.	187
2. Cumulação simples.	187
3. Cumulação sucessiva.	188
4. Cumulação subsidiária ou eventual.	188
5. Requisitos para a cumulação de pedidos.	190
6. Pedido alternativo.	190
ASPECTOS PRÁTICOS	192
▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão da inobservância do valor do teto estabelecido pela Lei 9.099/95	192
Art. 16.	194
COMENTÁRIOS	194
1. Designação de audiência de tentativa de conciliação.	194
2. Prazo para a realização do ato.	194
ASPECTOS PRÁTICOS	195
▸ Modelo de termo inicial para a formulação de pedido de declaração de inexistência de débitos	195

Art. 17.	196
COMENTÁRIOS	196
1. Comparecimento de ambas as partes.	196
2. Pedido contraposto.	197
3. Atenção – Reconvênção.	197
ASPECTOS PRÁTICOS	197
▸ Modelo de termo de audiência com comparecimento espontâneo das partes e a realização de acordo, seguido da sua homologação	197
▸ Modelo de contestação com pedido contraposto em ação de cobrança	198
Art. 18.	200
COMENTÁRIOS	201
1. Citação e modalidades.	201
2. Citação de pessoa física e jurídica.	203
3. Citação por oficial de justiça.	204
4. Conteúdo da correspondência ou do mandado citatório.	205
5. Citação por edital.	205
6. Comparecimento espontâneo do requerido.	206
7. Citação por e-mail e pelas redes sociais.	206
ASPECTOS PRÁTICOS	208
▸ Modelo de decisão (em fase executiva) indeferindo a citação por edital	208
Art. 19.	209
COMENTÁRIOS	209
1. Intimações.	209
2. Modalidades.	210
3. Mudanças de endereço.	211
ASPECTOS PRÁTICOS	211
▸ Modelo de termo de audiência em que restou infrutífera a composição e foram conferidos prazos às partes para apresentação, respectivamente, de contestação e réplica	212
▸ Modelo de despacho reconhecendo a intimação da parte em decorrência da ausência de comunicação da mudança de endereço	213
Art. 20.	213
COMENTÁRIOS	214
1. Contumácia e revelia.	214
2. Efeitos.	215
3. Presença física do requerido.	217
4. Presunção relativa da revelia, participação do revel e atos processuais.	217
ASPECTOS PRÁTICOS	218
▸ Modelo de sentença em que são presumidos verdadeiros os fatos alegados na inicial, aplicando-se os efeitos da revelia	218
▸ Modelo de sentença em ação indenizatória em que foram relativizados os efeitos da revelia, julgando-se improcedente o pedido inicial	220

Art. 21.	224
COMENTÁRIOS	224
1. Papel do juiz togado ou leigo.	224
ASPECTOS PRÁTICOS	224
▶ Modelo de renúncia ao crédito excedente a ser inserido na parte final do termo inicial	224
Art. 22.	225
COMENTÁRIOS	225
1. Presidência dos trabalhos de conciliação.	225
2. Sentença homologatória.	225
3. Audiência de conciliação não presencial.	225
ASPECTOS PRÁTICOS	226
▶ Modelo de termo de audiência em que houve a realização de acordo entre as partes	227
Art. 23.	227
COMENTÁRIOS	228
1. Julgamento antecipado e revelia.	228
ASPECTOS PRÁTICOS	228
▶ Modelo de sentença proferida em sede de audiência de conciliação em caso de ausência da parte requerida	229
▶ Modelo de termo de audiência de conciliação com a aplicação dos efeitos da contumácia	230
▶ Modelo de sentença proferida em sede de audiência virtual de conciliação em caso de ausência da parte requerida	230
Art. 24.	231
COMENTÁRIOS	232
1. Arbitragem.	232
2. Necessidade de anuência das partes.	232
Art. 25.	232
COMENTÁRIOS	232
1. O árbitro e os mesmos critérios do Juiz.	232
2. Equidade.	232
Art. 26.	232
COMENTÁRIOS	233
1. Conclusão da instrução pelo árbitro.	233
ASPECTOS PRÁTICOS (arts. 24, 25 e 26)	233
▶ Modelo de termo de audiência em que é apresentado laudo arbitral em demanda indenizatória	233
▶ Modelo de decisão homologatória de laudo arbitral	235

Art. 27.	236
COMENTÁRIOS	236
1. Desinteresse pela instituição do juízo arbitral.	236
2. Atenção – Ciência do requerido e o propósito do seu comparecimento em Juízo.	236
ASPECTOS PRÁTICOS	236
▸ Modelo de termo de audiência de conciliação, instrução e julgamento com designação de nova data para a realização da instrução e oitiva da testemunha ausente	237
Art. 28.	238
COMENTÁRIOS	238
1. Oralidade e concentração dos atos processuais.	238
2. Celeridade.	238
3. Audiências de instrução e julgamento telepresenciais como exceção.	238
ASPECTOS PRÁTICOS	239
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com prolação de sentença	240
Art. 29.	243
COMENTÁRIOS	243
1. Incidentes.	243
2. Questões que não se referem ao mérito da causa.	243
ASPECTOS PRÁTICOS	243
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de complexidade da matéria e designação de audiência de instrução e julgamento	244
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de incompetência do Juízo e designação de audiência de instrução e julgamento	245
▸ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de ilegitimidade de parte e designação de audiência de instrução e julgamento	246
Art. 30.	248
COMENTÁRIOS	248
1. Modalidades de resposta.	248
2. Atenção – Modalidades de contestação.	248
ASPECTOS PRÁTICOS	248
▸ Modelo de contestação em ação indenizatória em virtude de acidente de trânsito (responsabilidade civil)	249
Art. 31.	253
COMENTÁRIOS	253
1. Atenção – Reconvenção e pedido contraposto.	253
2. Controvérsia.	253

3. Ação declaratória incidental.....	253
4. Possibilidade de réplica do requerente em relação à resposta do requerido.....	253
ASPECTOS PRÁTICOS	254
▸ Modelo genérico de contestação, com pedido contraposto, em ação indenizatória	254
Art. 32.	256
COMENTÁRIOS	256
1. Moralmente legítimas.	256
2. Atenção – Provas como elementos de convicção do juiz.	256
3. A ata notarial.	256
ASPECTOS PRÁTICOS	257
▸ Modelo de sentença de extinção, sem mérito, em virtude da necessidade da produção de prova incompatível com o rito da Lei 9.099/95	257
Art. 33.	259
COMENTÁRIOS	259
1. Concentração dos atos processuais.	259
2. Juntada de documentos.	259
3. Requerimento para a produção da prova oral.	259
4. Produção de provas na audiência de instrução e julgamento.	260
5. Ordem de produção de prova oral na audiência de instrução e julgamento*. ..	261
6. Inobservância da ordem de produção de prova em audiência.	262
ASPECTOS PRÁTICOS	262
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento, sem arguição de preliminares	262
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda envolvendo acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade ativa do condutor, por ser pessoa diversa do proprietário registral... ..	264
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminares de ilegitimidade ativa do requerente e incompetência do juízo pela complexidade da causa	265
▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade passiva da seguradora	266
▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento com rejeição de preliminar de inépcia da inicial	268
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com conclusão dos autos para sentença	270
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com sentença proferida ao final, sendo revel o requerido	271
▸ Modelo de inicial – relação de consumo – responsabilidade civil – relevância do conteúdo probatório para fins de reparação indenizatória	272

Art. 34.	280
COMENTÁRIOS	280
1. Atenção – Limite do número de testemunhas a serem arroladas pelas partes.	280
2. Ordem de oitiva.	280
3. Comparecimento das testemunhas.	281
4. Condução das testemunhas.	281
5. Prazo para apresentação de rol de testemunhas.	281
6. Testemunhas que são inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função.	281
7. O regime da Lei 9.099/95 e o do Código de Processo Civil quanto ao número de testemunhas.	282
8. Pode o juiz, sentindo-se convencido diante da prova já colhida, dispensar a testemunha arrolada pela parte?	282
ASPECTOS PRÁTICOS	283
▶ Modelo de requerimento de intimação de testemunhas (art. 34, <i>caput</i> , parte final, Lei 9.099/95)*	284
Art. 35.	285
COMENTÁRIOS	285
1. Prova técnica.	285
2. Extinção do processo sem apreciação de mérito.	285
3. Inspeção judicial.	285
4. Prova técnica simplificada.	286
5. Ouvida do técnico.	286
6. O técnico deve prestar compromisso?	287
7. Convencimento do juiz e conclusão dos pareceres produzidos pelas partes.	287
8. Inspeção judicial.	287
ASPECTOS PRÁTICOS	288
▶ Modelo de inicial possessória em que afigura-se possível a inspeção pessoal ou delegada em coisas, com eventual produção de prova pericial simplificada	288
Art. 36.	289
COMENTÁRIOS	289
1. Dispensa do registro da prova oral.	289
2. Oralidade.	289
3. Depoimentos colhidos em audiência. Transcrição.	290
Art. 37.	291
COMENTÁRIOS	291
1. Poderes do juiz instrutor.	291
2. Depoimentos das partes, inquirição de testemunhas e inspeção judicial.	291
3. Poderes instrutórios dos juízes leigos.	292
4. Requisitos para o recrutamento de juízes leigos.	292
5. Impedimento legal ao exercício da advocacia.	293

ASPECTOS PRÁTICOS	293
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento presidida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado – testemunha da parte requerente ausente, embora intimada – concordância sobre a cisão da audiência e adiantamento da inquirição das testemunhas presentes da parte requerida	293
▸ Variações possíveis do termo acima apresentado	295
Art. 38.	296
COMENTÁRIOS	296
1. Dispensa de relatório.	296
2. Necessidade de fundamentação.	296
3. O CPC/2015 e a exigência de fundamentação.	296
4. Proibição de sentença ilícida.	297
5. Coisa julgada.	297
6. Organização e preparação para julgamento.	298
7. Julgamento conforme o estado.	298
8. Inconstitucionalidade na dispensa do relatório na sentença.	298
9. Sentença ilícida.	298
10. Impossibilidade de liquidação de sentença.	300
11. Reconhecimento <i>ex officio</i> da nulidade da sentença ilícida.	301
12. Fundamentação oral da sentença.	301
13. Diferença entre os elementos da sentença nos Juizados Especiais Cíveis e no procedimento comum.	301
Art. 39.	302
COMENTÁRIOS	302
1. Limite de alçada.	302
2. Ineficácia do acórdão condenatório que excede o limite de alçada.	302
3. Competência para execução de título que, em decorrência de encargos posteriores ao ajuizamento, excede o limite de alçada.	302
Art. 40.	303
COMENTÁRIOS	303
1. Sentença proferida por juiz leigo.	303
2. Homologação (ou não) pelo juiz togado.	303
3. Atribuições do juiz leigo.	303
4. Projeto de sentença não chancelado judicialmente.	304
5. Recurso inominado interposto antes da homologação do projeto de sentença.	304
6. Nulidade por ausência de fundamentação do projeto de sentença homologado.	304
Art. 41.	305
COMENTÁRIOS	305
1. Meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis.	305
2. Atenção – Decisões interlocutórias.	305
3. Duplo grau de jurisdição.	306
4. Possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário.	306
5. Impossibilidade de interposição de Recurso Especial.	306
6. Irrecorribilidade da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral.	307
7. Transação como ato jurídico perfeito e acabado.	307
8. Anulabilidade da transação por força de arrependimento unilateral.	308

9. Transação realizada sem a presença do advogado de uma das partes.	309
10. Cabimento de mandado de segurança contra decisões exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n.º 9.099/95, segundo o STF.	309
11. Competência para conhecer de mandado de segurança impetrado contra autoridade coatora integrante da Turma Recursal.	310
12. Controle de competência dos Juizados Especiais via reclamação.	310
13. Competência para processamento e julgamento da reclamação.	311
14. Admissibilidade da reclamação, à luz da revogada Res/STJ n.º 12/2009.	312
15. Competência recursal no âmbito dos Juizados Especiais.	312
16. Competência dos Tribunais de Justiça para rever as decisões exaradas nos Juizados.	312
17. Cabimento de agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais.	313
18. Juizados Especiais – em que consiste seu sistema normativo?	313
19. Lei n.º 9.099/95.	313
20. Lei n.º 10.259/01.	314
21. Lei n.º 12.153/09.	314
ASPECTOS PRÁTICOS	314
▸ Modelo de recurso extraordinário com pedido de efeito suspensivo	314
Art. 42.	317
COMENTÁRIOS	317
1. Prazo de interposição recursal.	317
2. Prazos recursais no CPC/2015.	318
3. Forma de interposição do recurso.	318
4. Atenção – “Teoria da causa madura”.	318
5. Atenção – Preparo.	319
6. Termo inicial da contagem do prazo para interposição de recurso inominado.	319
7. Recolhimento do preparo.	320
8. Condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais. Ausência de apresentação de contrarrazões ao recurso inominado.	320
9. Recurso adesivo em contrarrazões.	320
ASPECTOS PRÁTICOS	320
▸ Modelo de recurso inominado	320
▸ Modelo de contrarrazões ao recurso inominado	326
Art. 43.	332
COMENTÁRIOS	332
1. Juízo de admissibilidade.	332
2. Efeitos recursais.	333
3. Efeito devolutivo como regra.	333
4. Comprovação concreta do prejuízo ou dano.	333
Art. 44.	334
COMENTÁRIOS	334
1. Possibilidade de transcrição das fitas magnéticas.	334
2. Transcrição da gravação da fita magnética.	334
3. Pedido de transcrição da gravação e suspensão do prazo recursal.	335

Art. 45.	335
COMENTÁRIOS	335
1. Intimação da data de julgamento.	335
2. Designação de dia para sessão de julgamento.	335
3. Sustentação oral.	336
Art. 46.	336
COMENTÁRIOS	336
1. Julgamento pela Turma Recursal.	336
2. Julgamento na Turma Recursal.	336
3. Cláusula de reserva de plenário.	337
4. Recursos cabíveis contra decisões das Turmas Recursais.	337
5. Reclamação.	338
Art. 47. (Vetado).	339
Art. 48.	339
COMENTÁRIOS	339
1. Hipóteses de cabimento de acordo com a nova redação do art. 48 e a "dúvida".	339
2. Erro material.	340
3. Colaboração e juízo plural.	341
4. Embargos de declaração e aprimoramento da prestação da tutela jurisdicional.	341
5. Obscuridade, contradição, omissão e erro material.	342
6. Embargos de declaração e inovação.	342
ASPECTOS PRÁTICOS	343
▶ Modelo de embargos de declaração (opção pelo efeito modificativo)	343
▶ Modelo de decisão em embargos de declaração – negado provimento	345
Art. 49.	346
COMENTÁRIOS	346
1. Prazo e forma.	346
2. Intempestividade e interrupção do prazo recursal.	347
Art. 50.	347
COMENTÁRIOS	347
1. Uniformidade entre os efeitos dos embargos declaratórios no CPC e na Lei dos Juizados Especiais.	347
2. Pedido de reconsideração velado.	348
3. Interrupção e suspensão do prazo.	348
4. Embargos de declaração protelatórios.	348
5. Conduta processual protelatória.	349
6. Caráter inibitório da multa.	349
Art. 51.	350
COMENTÁRIOS	350
1. Contumácia do requerente.	350

2. Incompatibilidade procedimental	351
3. Incompetência territorial.	351
4. Impedimentos previstos no art. 8º.	352
5. Falecimento das partes.	352
6. Desnecessidade de intimação pessoal.	352
7. Hipóteses do art. 485, CPC/2015.	352
8. Superveniência de impedimento legal.	353
Art. 52.	353
COMENTÁRIOS	354
1. Modificações inseridas pela Lei nº 11.232/05 ao CPC/73.	354
2. A defesa do executado.	354
3. Atenção – Posicionamento da Corte Especial do STJ em relação à necessidade de intimação do advogado do executado para fins de cumprimento voluntário do que foi determinado na sentença condenatória e consequente aplicação da multa do então art. 475-J, CPC/73, atual § 1º do art. 523.	355
4. Execução dos próprios julgados.	355
5. Liquidez da sentença.	356
6. Intimação.	356
7. Superação da alçada em fase de execução da sentença.	357
8. Falta ou nulidade da citação.	357
9. Manifesto excesso de execução.	358
10. Erro de cálculo.	358
11. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.	358
12. Aplicação subsidiária do ordenamento processual civil ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	358
ASPECTOS PRÁTICOS	359
▶ Modelo de decisão de cumprimento de sentença – obrigação de pagar quantia certa	359
▶ Modelo de decisão relacionada à ordem de indisponibilidade de bens	360
▶ Variações possíveis dos modelos acima mencionados	361
Art. 53.	362
COMENTÁRIOS	362
1. Rito procedimental.	362
2. A defesa do executado.	362
3. Atenção – Devedor não encontrado ou inexistência de bens penhoráveis. ...	363
4. Competência e rol dos títulos executivos extrajudiciais.	364
5. Audiência de conciliação.	364
ASPECTOS PRÁTICOS	365
▶ Modelo de termo de audiência de conciliação em execução extrajudicial, com adjudicação de bem penhorado (art. 53, §1.º, Lei 9.099/95)	365
▶ Variações possíveis do modelo acima mencionado	366
▶ Modelo de diligência prévia em pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	367

▸ Modelo de deferimento do pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil)	367
▸ Modelo de sentença de extinção da execução – satisfação da obrigação (art. 924, II, Código de Processo Civil)	368
▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado	369
▸ Modelos de inicial de execução de título extrajudicial – Cheque	371

Art. 54. 373

COMENTÁRIOS 373

1. Gratuidade em primeiro grau e despesas em grau de recurso.	373
2. Custas, taxas ou despesas.	373
3. Gratuidade judiciária da pessoa natural ou jurídica.	374
4. Preparo recursal.	375

Art. 55. 375

COMENTÁRIOS 376

1. Inexistência de sucumbência.	376
2. Exceção para a hipótese de litigância de má-fé.	376
3. Sucumbência.	377
4. Sucumbente beneficiário da gratuidade da justiça.	377
5. Omissão, no acórdão, da fixação dos honorários sucumbenciais.	377
6. Honorários do advogado nomeado defensor dativo.	377
7. Custas na execução.	378

Art. 56. 378

COMENTÁRIOS 378

1. Curadorias e assistência judiciária.	378
2. Assistência jurídica.	378
3. Justiça gratuita e atos extrajudiciais.	379

Art. 57. 379

COMENTÁRIOS 379

1. Acordo extrajudicial.	379
2. Homologação.	379
▸ Modelo de decisão homologatória de acordo extrajudicial	380

Art. 58. 381

COMENTÁRIOS 381

1. Leis locais.	381
2. Ampliação das hipóteses de conciliação.	381

Art. 59. 381

COMENTÁRIOS 381

1. Impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória.	381
2. Mandado de segurança.	382

Art. 93.	383
COMENTÁRIOS	383
1. Inconstitucionalidade de lei estadual sobre Juizados Especiais que dispõe sobre matéria própria de direito processual civil.	383
Art. 94.	384
COMENTÁRIOS	384
1. Igualdade material.	384
Art. 95.	385
COMENTÁRIOS	385
1. Juizados Especiais Itinerantes.	385
Art. 96.	386
Art. 97.	386
COMENTÁRIOS	386
1. Revogação expressa.	386

LEI N.º 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

Art. 1º	391
COMENTÁRIOS	391
1. O processo de criação dos Juizados da Fazenda Pública no Congresso Nacional.....	391
2. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são inconstitucionais?	396
3. Juizados da Fazenda Pública: Justiça Especial ou Justiça Comum?	396
4. O marco legal do Sistema dos Juizados Especiais	397
5. O Sistema dos Juizados Especiais e a exclusão dos Juizados Especiais Federais	399
6. Implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública na prática e o fracasso do sonho de acesso facilitado à Justiça	404
Art. 2º	406
COMENTÁRIOS	407
1. Jurisdição e competência na dimensão do processo justo.	407
2. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	407
3. Causas que não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	410
4. Obrigações vincendas.	412
5. Veto presidencial e valor da causa no litisconsórcio ativo facultativo.	413
6. Natureza jurídica da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	415
Art. 3º	416
COMENTÁRIOS	416
1. Tutelas de urgência nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.	416

2. Inconstitucionalidade da expressão “de ofício” no art. 3.º da Lei 12.153/09.....	417
ASPECTOS PRÁTICOS	419
▸ Modelo de decisão concedendo tutela provisória de urgência, em desfavor de ente público, para fornecimento de medicamento não padronizado pelo SUS	419
Art. 4º	421
COMENTÁRIOS	422
1. A sistemática recursal nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	422
2. Requisitos de admissibilidade	423
3. Recurso cabível contra as decisões que versarem sobre tutela provisória de urgência	425
4. Meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	427
5. Tipos de recursos cabíveis.	429
6. Prazo para a interposição do recurso inominado.	430
7. Prazo para a oposição dos embargos de declaração.	430
8. Preparo.	430
9. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança.	431
Art. 5º	431
COMENTÁRIOS	432
1. Pressuposto processual de validade.	432
2. Requerentes.	432
3. Sociedades beneficentes ou assistenciais, sociedades sem fins lucrativos, condomínios e o espólio.	432
4. Incapazes.	432
5. Requeridos.	433
6. Pedido contraposto.	434
7. Intervenção de terceiros.	436
ASPECTOS PRÁTICOS	436
▸ Modelo de despacho suscitando conflito negativo de competência em virtude de constar autarquia federal no polo passivo	436
Art. 6º	439
COMENTÁRIOS	439
1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.	439
2. Práticas de atos processuais por meio eletrônico.	440
3. Autarquias, fundações e empresas públicas.	440
Art. 7º	440
COMENTÁRIOS	440
1. Observação.	440
2. Prerrogativas da Fazenda Pública.	441
3. Defensores Públicos.	441

4. Atenção – Defensoria Pública e o CPC/2015.	441
5. Ministério Público Estadual.	441
6. Citação para a audiência de conciliação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	441
Art. 8º	441
COMENTÁRIOS	441
1. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais.	441
2. Obrigatoriedade.	442
ASPECTOS PRÁTICOS	442
► Modelo de despacho dispensando a realização de ato conciliatório em demanda em trâmite nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	442
Art. 9º	443
COMENTÁRIOS	443
1. Observação.	443
2. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública requerida.	443
Art. 10	443
COMENTÁRIOS	443
1. Realização de prova pericial.	443
2. Prazo de entrega do laudo da prova técnica.	445
Art. 11	445
COMENTÁRIOS	445
1. Observação.	445
2. Artigo 496, CPC.	445
Art. 12	446
COMENTÁRIOS	446
1. Observação.	446
2. Cumprimento do acordo ou das sentenças em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa.	446
Art. 13	447
COMENTÁRIOS	448
1. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.	448
2. Procedimento para o cumprimento da obrigação.	448
3. Obrigações de pequeno valor (RPV).	449
4. Levantamento do valor.	449
5. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários mínimos.	449
6. Honorários e fracionamento.	449
7. Execução de título extrajudicial.	449
Art. 14	450
COMENTÁRIOS	450
1. Juizados Especiais da Fazenda Pública e os Tribunais de Justiça.	450
2. Juizados Especiais Adjuntos.	450

Art. 15.	450
COMENTÁRIOS	451
1. Observação.	451
2. Aplicação dos arts. 22, 37 e 40, Lei 9.099/95.	451
3. Conciliadores e juízes leigos.	451
4. Impedimentos dos conciliadores e juízes leigos.	451
ASPECTOS PRÁTICOS	451
▸ Modelo de termo de audiência conduzida por Juiz Leigo em que houve composição	452
Art. 16.	453
COMENTÁRIOS	453
1. Atos que poderão ser praticados pelo conciliador.	453
2. Não obtenção da conciliação e posterior realização da audiência de instrução.	453
3. Atenção – Redação do art. 26.	453
ASPECTOS PRÁTICOS	454
▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento conduzida por juiz togado	454
Art. 17.	456
COMENTÁRIOS	456
1. Instituição e composição das Turmas Recursais.	456
2. Impossibilidade de recondução.	456
ASPECTOS PRÁTICOS	456
▸ Modelo de acórdão proferido por Turma Recursal de Juizados Especiais da Fazenda Pública	457
Art. 18.	458
COMENTÁRIOS	459
1. Finalidade.	459
2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado.	459
3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça.	459
4. Não será de competência das Turmas Recursais dos JEFAPs proceder a juízo de admissibilidade de PUIL a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	460
ASPECTOS PRÁTICOS	460
▸ Modelo genérico de pedido de uniformização de interpretação de lei	460
Art. 19.	462
COMENTÁRIOS	463
1. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente.	463

2. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização.	463
3. Atenção – “ <i>Amicus Curiae</i> ”	464
ASPECTOS PRÁTICOS	464
▸ Modelo genérico de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça	465
Art. 20.	467
COMENTÁRIOS	467
1. Normas dos Tribunais de Justiça.	467
2. Normas do Superior Tribunal de Justiça.	467
3. Normas do Supremo Tribunal Federal.	467
ASPECTOS PRÁTICOS	468
Art. 21.	470
COMENTÁRIOS	470
1. Hipóteses de admissibilidade do recurso extraordinário.	470
2. Processamento e julgamento.	470
3. Repercussão geral.	470
ASPECTOS PRÁTICOS	472
▸ Modelo genérico de recurso extraordinário	472
Art. 22.	473
COMENTÁRIOS	474
1. Prazo para a instalação.	474
2. Aproveitamento da estrutura das Varas da Fazenda Pública.	474
ASPECTOS PRÁTICOS	474
Art. 23.	474
COMENTÁRIOS	474
1. Limitação da competência.	474
ASPECTOS PRÁTICOS	475
Art. 24.	475
COMENTÁRIOS	475
1. Cautela do legislador.	475
ASPECTOS PRÁTICOS	476
▸ Modelo genérico de suscitação de conflito negativo de competência	477
Art. 25.	478
COMENTÁRIOS	478
1. Suporte administrativo.	478
ASPECTOS PRÁTICOS	478
Art. 26.	479
COMENTÁRIOS	479
1. Aplicação, à míngua de previsão legal em relação aos Juizados Especiais Federais, das normas que disciplinam a atuação dos conciliadores.	479

Art. 27.	480
COMENTÁRIOS	480
1. Aplicação subsidiária do CPC.	480
ASPECTOS PRÁTICOS	481
▶ Modelo de sentença em ação declaratória de inexistência de débitos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	481
▶ Modelo de sentença em ação anulatória de débito fiscal, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	485
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de realização de procedimento cirúrgico, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	489
▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de fornecimento de medicamentos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil	493
Art. 28.	497
COMENTÁRIOS	497
1. “ <i>Vacatio legis</i> ”	497

ENUNCIADOS FONAJE

ENUNCIADOS CÍVEIS	499
ENUNCIADOS DA FAZENDA PÚBLICA	513

JURISPRUDÊNCIA EM TESES N.º 89 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TESES DOS JUIZADOS ESPECIAIS	515
---	-----

CONSOLIDAÇÃO DOS ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS

ENUNCIADOS RELACIONADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS	517
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	521
---	-----